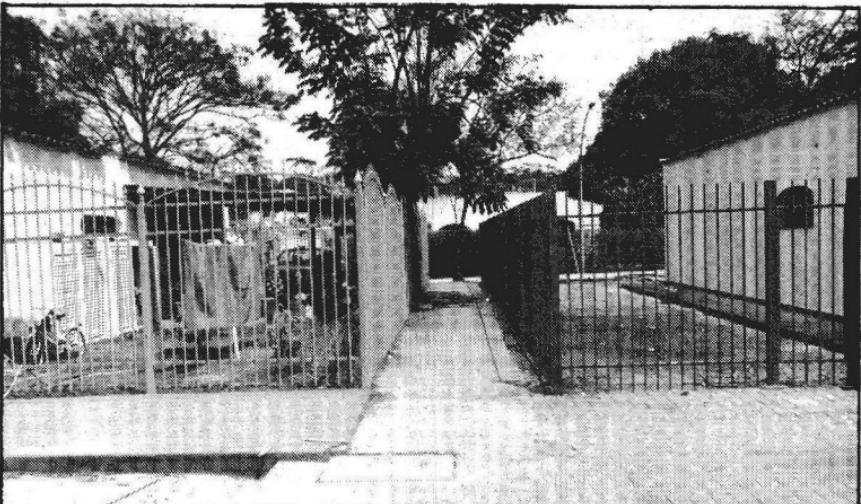


Comissão define detalhes do projeto

Somente a comissão técnica a ser criada a partir de um decreto a ser assinado pelo governador Joaquim Roriz poderá apontar a forma melhor de viabilizar a regulamentação da invasão de área pública. A criação da estrutura em forma de portal nos blocos comerciais, como forma de conter e uniformizar a invasão, foi a melhor proposta apresentada ao Cauma, "mas outras questões precisam ser discutidas, por técnicos, apresentando novas propostas ao projeto já aprovado", argumentou o conselheiro do Cauma, Sílvio Caivalcanti.

A comissão técnica, que terá um prazo de 30 dias a contar de sua criação para apresentar um estudo, será formada pelos departamentos de arquitetura, urbanismo, patrimônio histórico, Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Sematec)

ADATO CRUZ



Na Asa Sul moradores colocam cercas invadindo áreas públicas

e ainda Administração Regional do Plano Piloto.

Remuneração — Depois de todos os detalhes técnicos a serem apresentados pela comissão e analisados pelo Cauma, caberá à Procuradoria Jurídica regulamentar a forma de remuneração

pela ocupação das áreas invadidas. A forma mais viável, na opinião da comissão que elaborou o projeto inicial seria a concessão de uso, onde a área de 5,5 metros seria desafetada, como propriedade do governo do Distrito Federal.